

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano 28

Nº 65

Janeiro/Dezembro/2016

CONTEÚDO

Crescimento econômico brasileiro e apresentação desta edição

Francisco Gelinski Neto

1

As consequências da recessão econômica brasileira

Ricardo Florêncio dos Passos e Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

4

PIB dos BRICS

Débora Campos Ribeiro, Jennyfer Laryssa da Silva, Leticia Lima da Silva e Ricardo Cesar Peixoto

8

PIB do Brasil, comparações com Canadá e Chile

André Rashid Deboni Yasin, Matheus Valentin, Nigel Freitas

12

CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E APRESENTAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Francisco Gelinski Neto

Introdução

No ano de 2016 a economia brasileira continuou funcionando abaixo do produto potencial, com decréscimo do PIB e do emprego que apresentou desocupação média de 11,5%. O fraco desempenho da economia que não teve nenhuma recuperação nos três últimos meses do ano levam a previsões menos otimistas para 2017. O próprio Banco Central projeta um crescimento de apenas 0,57%. Isso tem levado a expectativa de mais cortes na SELIC a partir de Janeiro (LAMUCCI, 2016). Na visão de diversos economistas o elevado endividamento de empresas, famílias e governo tem dificultado a retomada do crescimento. Com ociosidade da economia e, se o clima colaborar para a produção de energia e alimentos, a inflação deverá continuar a ceder em 2017. No final de 2015 o índice estava elevadíssimo com IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) atingindo 10,67%, em 2016 e deverá fechar em 6,49%. Para 2017 a previsão é que ele atinja o centro da meta em torno de 4,9%. Mas nem todos concordam com o pessimismo para o PIB do ano que vem. Este o caso, por exemplo, de Lopes (2016) que considera provável uma elevação do PIB em 1% para o ano de 2017. Considera que as medidas fiscais e o desempenho industrial na produção de automóveis, ônibus, e máquinas agrícolas colheitadeiras em 2016 apontariam para isto. Estas produções cresceram respectivamente mais de 20%, superior a 50% e maior que 80%. Além do que o *Pacote Temer* de Natal que prevê alterações de regulação tributária, desburocratização, simplificação no e-social, simplificação e redução das obrigações estaduais, facilitação para melhoria da competitividade e comércio exterior, melhorias na atuação do BNDES, renegociação de dívidas, melhorias relativamente ao FGTS e diversas mudanças na atuação e regulação do Sistema Financeiro poderão dar alívio para a empresas possibilitando ânimo para a economia (GRANER *et alii*, 2016).

Sobre os artigos

Nesta edição, que basicamente analisou a economia até o terceiro trimestre, optou-se por abrir espaço para que acadêmicos pudessem desenvolver suas análises no momento em que estavam cursando a disciplina de Contabilidade Social, ministrada pela professora Carmen Rosário O. G. Gelinski. A contribuição é uma olhada dos acadêmicos da primeira fase de economia de 2016.2.

O primeiro artigo AS CONSEQUÊNCIAS DA RECESSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA de Ricardo Florêncio dos Passos e Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski enfatiza que o ciclo de contração iniciado em 2014 foi muito além de uma

“recessão técnica” conforme afirmava Guido Mantega. Foram estudadas as variáveis da oferta e da demanda para o segundo trimestre de 2016 verificando-se o comportamento por setor na composição da queda do PIB para o período estudado. O industrial foi o único com crescimento positivo. Pelo lado a demanda destacou-se, entre outros, a queda do consumo das famílias (5%), e a formação bruta de capital fixo com queda de 8,8%. Os autores consideram as mudanças de ambiente político e macroeconômico como impactadores dos níveis de confiança no ambiente econômico de forma que tanto podem estimular e ou atrair investidores como podem repeli-los. As projeções do Bacen não estavam alvissareiras, mesmo com a troca de governo. Os autores passaram então a analisar diversas modificações de políticas e ações governamentais que poderiam impactar positivamente nos indicadores de desempenho econômico do Brasil. Analisaram o investimento, o gasto público, o déficit público, o câmbio, a desregulamentação no mercado de trabalho, e outros.

No segundo artigo, PIB DOS BRICS, Débora Campos Ribeiro, Jennyfer Laryssa da Silva, Leticia Lima da Silva e Ricardo Cesar Peixoto tratam dos países componentes do BRICS, definem o que é o grupo, mostram e analisam o comportamento do crescimento de cada um deles. O Brasil é superado pela Rússia em termos de queda do PIB em 2016.

O terceiro artigo, PIB DO BRASIL, COMPARAÇÕES COM CANADÁ E CHILE de André Rashid Deboni Yasin, Matheus Valentin, Nigel Freitas, visa analisar três economias relativamente jovens de colonização diferente: portuguesa, espanhola e francesa/inglesa no caso do Brasil, Chile e Canadá respectivamente. Os autores concluem que embora os três tenham apresentado recuo do PIB no segundo trimestre de 2016, o Brasil é o único que realmente estaria em retração por estar em vários trimestres com recuos no PIB. Nos outros dois países aparentemente a queda seria mais conjuntural decorrente de desastres naturais ou à circunstâncias do mercado internacional.

Outras considerações

A economia brasileira não está reagindo conforme se esperava. A expectativa de crescimento do PIB para 2017 continua baixa tanto para o governo quanto para órgãos internacionais. Um dos motores do crescimento da renda são os por meio do investimento público, porém, este em 2016 foi muito restrito e, o mais grave, os investimentos feitos em anos anteriores não expressaram a produção possível, pois, muitas obras infraestruturais não foram concluídas. Obviamente o produto somente acontece se o investimento for produtivo, ou seja, esteja funcional. Ocorre que muito se gastou nos últimos governos, mas a custo de corrupção, sobrepreços e ineficiências que não geraram contrapartida de funcionalidade esperada das obras. Assim, usinas não ficaram prontas, polos petroquímicos, rodovias também não, aeroportos idem (caso do Aeroporto Hercílio Luz de Florianópolis) contornos viários postergados, duplicações não executadas (como a BR 470 - rodovia da morte), apenas para citar alguns investimentos mal gerenciados.

O meu texto *Por que o Brasil não cresce? Da má educação ao não deixar fazer*, disponível em <http://cnm.ufsc.br/publicacoes/textos-para-discussao/> analisa além do investimento público as restrições aos investimentos privados, ou seja, as travas aos negócios no Brasil como responsáveis pelo baixo crescimento no país. Nesse sentido, estão relacionados, entre outros, o aparato legal-ambiental que obstam a ação empreendedora. Neste caso específico parece que parte da classe política acordou e já existe proposta de lei para a simplificação das licenças para instalação e operação de empreendimentos conforme o tamanho e expectativa de impacto. São as seguintes proposições legais 1) Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de nº 65/2012; 2) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 654 de 2015 e 3) Proposta de Alteração das Resoluções (PAR) Conama nº 001 e nº 237 (RAAD, SUMAR, 2016). Minha proposta, do texto de discussão, era de que os empresários deveriam receber uma lista de exigências mínimas a cumprirem e, se não conseguissem estariam expostos a ajustes de conduta após o início de operação de seus empreendimentos, se necessário. Isto significaria que os empresários colocariam para funcionar sua atividade e, posteriormente seriam verificados pela fiscalização que recomendaria ajustes. A vantagem para a economia seria a agilidade para funcionamento da atividade econômica. Se por um lado ao empresário interessa a produção mais rápida possível e, desta forma estaria gerando produto, renda (empregos) despesas que são componentes essenciais do crescimento econômico. Por outro, se houver atraso no funcionamento da empresa, o emprego que é parte da renda e o produto ocorrerão mais tarde, atrasando o crescimento econômico potencial. Se não há crescimento econômico, também não ocorre o crescimento de arrecadação de tributos e, até mesmo a redução de arrecadação, se a economia encolher, como aconteceu em 2015 e 2016. Isto tem que mudar e, felizmente, além da iniciativa federal, também existem iniciativas de órgãos ambientais estaduais neste sentido. Por exemplo, a FATMA espera aprovar em 2017 o processo de licenciamento autodeclaratório para renovação de licenças em casos de empreendimentos de baixo impacto, conforme noticiou o Diário Catarinense de 21/12/2016.

Referências

- GRANER, Fabio; *et alii*. Plano busca dar mais alívio para dívidas das empresas. São Paulo. **Valor Econômico**. 16 dez. 2016, cad. A, p.3.
- LAMUCCI, Sergio. Projeção do mercado para PIB em 2017 já chega perto de 0,5%. São Paulo. **Valor Econômico**. 20 dez. 2016, cad. A, p.3.
- LOPES, Francisco. O paradoxo do pessimismo. São Paulo. **Valor Econômico**. 22 dez. 2016, cad. A, p.10.
- RAAD, Kárim Ozon, SUMAR, Cristina. Novos rumos para o licenciamento ambiental. São Paulo. **Valor Econômico**. 5 de jul. 2016, cad. E, p.2.
- O ano de 2016 A economia brasileira

AS CONSEQUÊNCIAS DA RECESSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

*Ricardo Florêncio dos Passos¹.
Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski²*

Por meio do acompanhamento das Contas Nacionais, este artigo examina o cenário econômico e seus dados de oferta e de demanda, especialmente no segundo trimestre de 2016. A análise procura usar conceitos e aplicações da disciplina de Contabilidade Social, ministrada no Curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)³.

A equipe econômica do governo de Dilma Rousseff atribuiu a piora econômica à crise externa e ao represamento do crédito pelos bancos. Nesse contexto, o ministro da Fazenda Guido Mantega chegou a afirmar que a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois primeiros trimestres (-0,2% e -0,6%) de 2014 indicava uma “recessão técnica”, isto é, uma piora passageira na economia brasileira.

Mas o quadro de recessão econômica ganhou força com pelo menos três circunstâncias: a queda de 3,8% do PIB em 2015, a elevação do número de desempregados (quase 12 milhões) e uma inflação crescente. O ciclo de contração, que começou em 2014, completou sete trimestres neste ano, segundo os critérios da Fundação Getúlio Vargas.

Para Sandroni (1999, p 512), os sinais da queda na atividade econômica são a diminuição da produção e da taxa de lucros e o aumento do desemprego e dos índices de falências e concordatas. Além disso, pode-se afirmar que a realidade de um país enfrenta uma crise econômica quando as taxas de produção caem várias vezes durante um período longo de tempo. Tudo isso foi confirmado pela atual conjuntura brasileira.

No segundo trimestre deste ano, o PIB recuou 0,6% em relação ao período anterior. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 1,5 trilhão. A taxa de investimento foi de 16,8% do PIB. Assim, prevê-se que ao se superar a recessão, a trajetória de crescimento seja retomada no curto prazo (visão otimista) ou no longo prazo (visão “estagnacionista”).

O IBGE calcula o desempenho da economia a partir de dois eixos: a ótica da oferta e a ótica da demanda de bens e serviços. Pelo **lado da oferta**, a indústria foi o único setor com comportamento de alta (0,3%). Já a agropecuária e os serviços tiveram queda de 2% e 0,8% respectivamente. Se a indústria como um todo teve essa

¹ Jornalista formado pela UFSC e acadêmico do Curso de Economia/UFSC. E-mail: ricardofp9@hotmail.com

² Professora de Contabilidade Social do Curso de Economia da UFSC. E-mail: carmen.gelinski@ufsc.br

³ Este artigo faz parte do acompanhamento sistemático das contas nacionais feito no âmbito dessa disciplina. Ver por exemplo, Gelinski e Gelinski (2005); Gelinski e Zampiron (2013); Gelinski e Eicke Junior (2014); Eicke Junior; Ursini e Ishihara (2015).

ligeira alta, setores de destaque dentro dela tiveram queda como a indústria de transformação, a construção civil e o setor extrativo mineral. Na agropecuária, o desempenho negativo se refletiu na queda da produção de milho (-20,5%), de arroz (-14,7%), de algodão (-14,7%), de feijão (-9,1%) e de soja (-0,9%). No setor de serviços, o comércio sofreu contração de 7,4% e os serviços de transporte, armazenagem e correio diminuíram 6,5%. Como os serviços representam a maior fatia do PIB, a diminuição desse setor freia uma retomada expressiva da economia.

Pelo **lado da demanda**, os resultados também foram negativos. A despesa de consumo das famílias caiu 5%, explicada pelo aumento do desemprego, juros altos e diminuição dos rendimentos. Por causa da queda na produção de bens de capital e nas importações, a formação bruta de capital fixo sofreu uma queda de 8,8% no segundo trimestre. Outro componente da demanda interna, a despesa de consumo do governo, caiu 2,2% se comparada ao segundo semestre de 2015. Na conta do setor externo, as exportações cresceram 0,4% e as importações caíram 10,6%. O destaque na Exportação de Bens e Serviços foram os segmentos de veículos automotores, agropecuária, papel e celulose e metalurgia. A pauta de importações, por sua vez, teve queda nos produtos têxteis, vestuário, calçados, eletroeletrônicos, petróleo, siderurgia e indústria automotiva.

Após as eleições municipais deste ano e do avanço do ajuste fiscal na Câmara dos Deputados, os investidores retomaram o otimismo com as aplicações na Bolsa de Valores, no câmbio e nos juros futuros do mercado local. Num primeiro momento, a queda no dólar de 1,46% (R\$ 3,2043) fez o real liderar os ganhos de divisas ou, em outras palavras, o real levou vantagem na compra e venda de moedas. Essa apreciação da moeda sinalizava no curto prazo, uma perspectiva no aumento do fluxo de investimentos. Fato que não deve se concretizar em 2017 por dois motivos: (1) a recuperação do dólar e a taxa de câmbio encerrando 2016 próxima de R\$2,40 e (2) a sinalização de aumento da taxa de juros dos EUA, o que deve canalizar os capitais de curto prazo para essa economia.

Para 2016, o Banco Central (Bacen) estima uma retração de 3,3% do PIB. A indústria deve cair, segundo as projeções, 3,3%. O setor agropecuário deve recuar 2,2% e o setor de serviços, 2,7%. Percebe-se, assim, como o aumento na confiança pela troca de governo não se reflete de maneira imediata na economia como um todo.

Ao mesmo tempo, espera-se uma alavancagem por quatro motivos principais: a aprovação da PEC do teto dos gastos, a redução da insegurança jurídica da regulação trabalhista, a reforma na previdência e programas críveis de concessões e privatizações. Assim, haveria um impulso capaz de aumentar os postos de trabalho, o crédito e os salários. Por sua vez, o consumo e as receitas tributárias se elevariam.

De acordo com o Relatório de Inflação, o Banco Central (Bacen) estima-se um PIB de 1,3% em 2017. A oferta deve aumentar apenas no próximo ano, com avanços na indústria (1,5%), na agropecuária (3,5%) e nos serviços (0,9%). Dessa maneira, haveria um claro sinal de estabilização da atividade econômica.

Pelo lado da *demanda*, espera-se um aumento em 4% da Formação Bruta de Capital Fixo, que é um indicador de investimento. O consumo das famílias e o

consumo do governo devem crescer 0,8% e 0,5%, respectivamente. Em relação ao setor externo, as exportações de bens e serviços devem aumentar 4,5% e as importações, 6%.

Para retomar a trajetória de crescimento, será preciso que se confirme a expansão do investimento e que se aumentem as exportações industriais. Por outro lado, necessita-se de tempo para que os gargalos estruturais, como os de infraestrutura, sejam superados. A valorização do real, a competitividade industrial e o crescimento modesto do comércio internacional são entraves para que aumentem as exportações.

O ajuste no mercado de trabalho não será imediato, pois essa variável somente é percebida com clareza em um período de tempo maior. A inflação, dada a credibilidade do Bacen com sua nova equipe econômica, deve convergir para a meta. A confirmação do ajuste fiscal poderá trazer alívio às Contas Nacionais, ao equilibrar a receita e a despesa governamental.

Portanto, superado o problema de déficit público, será preciso que a esfera econômica se autonomize da conveniência político-partidária. Em linhas gerais, a aprovação das medidas governamentais poderá trazer alívio às contas do setor público. Em um segundo momento, espera-se que o mercado responda positivamente à redução do risco de inflação e à estabilização política, caso ela de fato ocorra.

Referências

AMORIM, Daniela. 'Índices de confiança mostram que recessão já acabou', diz FGV. **O Estado de São Paulo**, 25 jul. 2016. Disponível em:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,indices-de-confianca-mostram-que-recessao-ja-acabou-diz-fgv,10000064814> Acesso em: 01 out. 2016

COSTA, Ana Clara; LIMA, Luís. A 'lição' de Guido Mantega aos economistas: 'tripé econômico não é tudo'. **Veja.com**, 15 set. 2014. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/economia/a-licao-de-guido-mantega-aos-economistas-tripe-economico-nao-e-tudo/> Acesso em: 18 set. 2016.

EICKE JUNIOR, Berward; URSINI, Gabriel Luiz Manrique; ISHIHARA, Henrique Kiyoshi. Pequeno Crescimento do PIB em 2014 acompanhado de um processo de desindustrialização no Brasil. Florianópolis. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, UFSC, Dpto. de Economia e RI, v.26, n.63, p.1-3, mar./jul. 2015. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2015/06/boletim-n.-63.pdf> Acesso em 15 set. 2016.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez ; EICKE JUNIOR, Berward. Recessão técnica do PIB em 2014/2 e a sua relação com o investimento e a poupança. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, UFSC, Dpto. de Economia e RI, v.25, n.62, p.6-9, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2014/09/Boletim-62.pdf> Acesso em 15 set. 2016.

GELINSKI NETO, Francisco; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez. Persistirá a queda do PIB da agropecuária? **Atualidade Econômica**, Florianópolis, UFSC, Dpto. de Economia e RI, v.25, n.62, p.6-9, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2014/09/Boletim-62.pdf> Acesso em 15 set. 2016.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez; ZAMPIRON, Eduarda Coelho. Nem “pibão”, nem “pibinho”: a possível recuperação do PIB de 2013. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, UFSC, Dpto. de Economia e RI, v.24, n.60, p.1-4, jan./set. 2013. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/boletim-n.-601.pdf> Acesso em 05 nov. 2016.

MARTINS, Arícia. Com redução das dívidas, famílias podem retomar consumo em 2017. **Valor econômico**, 27/09/2016. Disponível em http://www.valor.com.br/brasil/4726195/com-reducao-das-dividas-familias-podem-retomar-consumo-em-2017?utm_source=newsletter_manha&utm_term=www.valor.com.br/brasil/4726195/com+reducao+das+dividas+familias+podem+retomar+consumo+em+2017&utm_medium=27092016&utm_campaign=informativo¬icia1

_____. PIB deve recuar 3,3% em 2016 e avançar 1,3% em 2017. **Valor econômico**, 27/09/2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4726387/pib-deve-recuar-33-em-2016-e-avancar-13-em-2017-aponta-bc>. Acesso em: 16 out. 2016.

PAMPLONA, Nicola. Desemprego sobe a 11,8% e atinge 12 milhões de pessoas, indica IBGE. Folha de São Paulo, 30 de set. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1818323-numero-de-desempregados-atinge-12-mi-no-trimestre-encerrado-em-agosto.shtml> Acesso em: 01 out. 2016

ROCHA, Rodrigo; MANDL, Carolina. Estrangeiro volta a investir no país. **Valor Econômico**, 14 out. 2016. Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/4743801/estrangeiro-volta-investir-no-pais?utm_source=newsletter_manha&utm_term=www.valor.com.br/empresas/4743801/estrangeiro+volta+investir+no+pais&utm_medium=14102016&utm_campaign=informativo¬icia1 Acesso em: 26 out. 2016.

PIB DOS BRICS

Débora Campos Ribeiro

Jennyfer Laryssa da Silva

Leticia Lima da Silva

Ricardo Cesar Peixoto

(acadêmicos curso Economia/UFSC)

Introdução

Os BRICS são um agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional em si, mas sim, um agrupamento informal entre esses países. A intenção deste artigo é apresentar dados sobre os BRICS, e analisar o PIB dos países integrantes no segundo trimestre de 2016, com destaque para suas principais atividades econômicas.

Os BRICS

Segundo Cunha (2012), o termo BRIC surgiu em 2001, depois do anúncio do relatório do economista Jim O'Neill, - *Building Better Global Economic BRIC* - , do grupo Goldman Sachs (2001). Esse relatório foi feito através da análise do crescimento do PIB, renda per capita e movimentos financeiros dos países do BRIC. No início o bloco era formado por Brasil, Rússia, Índia e China, posteriormente foi incluída a África do Sul, que forma o "S" no termo BRICS. Essa inclusão não era da concordância de O'Neill. Para ele, o país não tinha características econômicas em comum com os outros. Porém, para os integrantes, a África do Sul representava uma posição importante em seu continente.

Ainda segundo Cunha, não era prevista pelos especialistas a constituição do grupo como bloco econômico, mas sim a união dessas nações buscando a cooperação para o desenvolvimento de suas economias em escala global e conquistar maior espaço no cenário internacional.

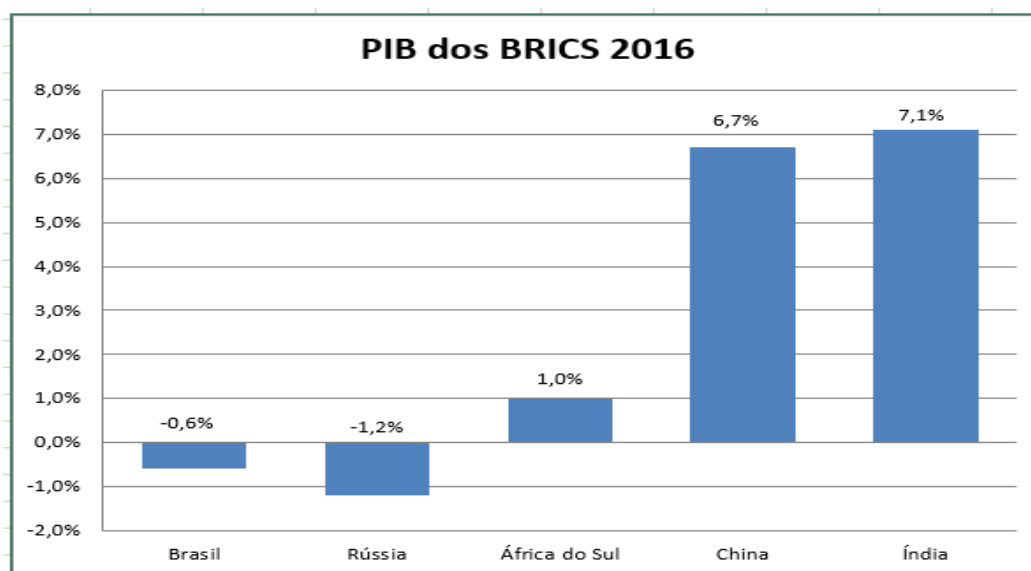
Para Fonseca (2013), a atenção que os BRICS recebem dos analistas econômicos e dos meios de comunicação aconteceria ainda que a sigla não existisse. Cada um é importante por seus motivos, sejam eles próprios, econômicos, políticos e estratégicos. Na agenda interna de cada país, buscam estreitar a cooperação e os negócios entre si, buscando seu crescimento econômico e desenvolvimento social. Já na agenda externa, buscam se envolver com diferentes temas, como comércio, investimento, meio ambiente. Tendem a formar uma opinião própria em comum, não submissa à interpretação dos países desenvolvidos, principalmente EUA e UE.

Atualmente, o cenário não está mais favorável ao crescimento econômico, principalmente Brasil e Rússia, que apresentam seguidas quedas em suas economias

(fato que será apresentado no próximo bloco). Portanto, há quem questione o sentido do termo BRICS, mas alguns apostam no fortalecimento e ampliação do bloco, com possíveis condições de novos membros.

PIB dos BRICS segundo trimestre de 2016

Dos países que conformam os Brics, dois deles tiveram desempenho negativo no trimestre. As informações das Contas Nacionais Brasileiras do segundo trimestre de 2016 revelam que o país teve um recuo de 0,6% de seu PIB, e é o sexto trimestre seguido de retração, segundo dados obtidos no site do IBGE. A agricultura que é uma das principais atividades econômicas teve sua maior queda, e a indústria ao contrário, cresceu. A Rússia, que tem como principais fontes de sua economia o petróleo e o gás natural apresentou uma queda de 1,2% no segundo trimestre de 2016 (Gráfico 1).



Por outro lado, a Índia teve um aumento de 7,1%, contra o mesmo período em 2015. Suas principais atividades econômicas são a produção de manufaturados e a área de tecnologia, que tem crescido muito nos últimos anos. O país é considerado um destaque entre os BRICS, e atualmente o país exerce a presidência do bloco. Para alguns economistas, há controvérsia nestes dados, pois ainda há muita desigualdade no país.

Por sua vez, China e África do Sul, também tiveram crescimento de seu PIB. China teve aumento de 6,7%. Esse desempenho foi o mesmo do trimestre anterior. O país passa por um momento de transição de uma economia voltada às exportações e infraestrutura, para o consumo e serviços. Apesar dessa mudança, a China ainda é muito dependente de suas exportações, principalmente produtos manufaturados. A África do Sul teve crescimento de 1%, sua principal fonte econômica é a mineração

de ouro, platina, cromo e diamantes. Seu mercado de turismo também é muito grande e colabora com o crescimento do PIB.

Considerações Finais

Dentre os países do BRICS a Índia, é o único que não apresenta desaceleração da sua economia. A Rússia, que tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e relevância no mercado de energia, teve o pior desempenho entre eles. Esse cenário se dá pela queda do preço do petróleo e a desvalorização de sua moeda durante os últimos anos, o que vem dificultando o crescimento de sua economia e aumentando o nível de pobreza e as taxas de desemprego do país.

O Brasil, um grande exportador de matéria prima, vem passando por um cenário parecido ao da Rússia: está atravessando uma grande contração e sua moeda também está em depreciação. Porém, segundo Fellet (2016) felizmente, o FMI prevê um crescimento de 0,5% em 2017. Para Rosa Duce, economista-chefe do Deutsche Bank, o país ainda continua sendo peça-chave no campo financeiro mundial, apesar da recessão atual em que vive.

A África do Sul, que nos últimos anos teve uma forte expansão em sua infraestrutura, também sofre recessão. A produção industrial vem sendo significativamente prejudicada pelas interrupções no fornecimento de energia. Outro ponto a ser levado em consideração pela queda de seu desenvolvimento é a instabilidade no setor trabalhista, que culmina em greves e protestos violentos. Contudo, o aumento das exportações de ouro pode ser uma alternativa para o país voltar a crescer.

A China é um dos motores da economia internacional, e, mesmo com a estabilização do PIB em 2016, o país, hoje, sofre uma desaceleração na sua economia. Mesmo assim, o seu crescimento econômico é o triplo do da União Europeia, segundo dados do FMI.

A Índia, como dito anteriormente, é uma exceção. Seu PIB é o único que vem crescendo. O país é um grande consumidor de petróleo e a queda do preço do mesmo impulsionou a economia. Outra medida importante para tal crescimento é o combate à inflação, tomada pelo governador do Banco Central indiano, Raghuram Rajan. Segundo economistas, as políticas aplicadas por ele estão diretamente relacionadas com o atual desenvolvimento econômico da Índia.

Referências

CUNHA, Claussia. **A emergência dos BRICS no Cenário Internacional.**
SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

SEBREEI, 20 a 22 de junho de 2012 Porto Alegre/RS. Disponível em: Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/741554/a-emerg%C3%Aancia-dos-brics-no-cen%C3%A1rio-internacional>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

CURY, Anay; CAOLI, Cristiane. PIB do Brasil recua 0,6% no 2º trimestre de 2016. **G1**. São Paulo e Rio de Janeiro, p. 01. 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/pib-do-brasil-recua-06-no-2-trimestre-de-2016.html>>. Acesso em: 05 set. 2016.

ELLET, João. Apesar de 'incertezas', FMI prevê retomada do crescimento no Brasil em 2017. **BBC Brasil**. Washington, p. 01-01. 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36831000>>. Acesso em: 12 set. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2016

FONSECA, Gelson. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional** / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. Brasília : FUNAG, 2013.

TREVIZAN, Karina. Índia é destaque entre Brics, com crise no Brasil e desaceleração da China. **G1**. São Paulo, p. 01-01. 01 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/india-e-destaque-entre-brics-com-crise-no-brasil-e-desaceleracao-da-china.html>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PIB DO BRASIL, COMPARAÇÕES COM CANADÁ E CHILE

André Rashid Deboni Yasin

Matheus Valentin

Nigel Freitas

(Acadêmicos Curso de Economia da UFSC)

Neste artigo iremos comentar um pouco sobre as definições e algumas análises que podem ser feitas, com o foco para os setores da indústria, agropecuária e de serviços, baseando-se sobre o PIB (Produto Interno Bruto) do país. Compararemos o PIB do Brasil com Canadá e Chile, dois outros países situados na América do Norte e América Latina, respectivamente. A escolha dos países se deve ao fato que ambos também foram colonizados, assim como o Brasil, todavia por países diferentes e em épocas também distintas, o Chile foi colonizado pelos Espanhóis no ano de 1536 e o Canadá pelos Ingleses e Franceses em torno de 1550 (dados retirados do livro História, Ensino médio, volume 1). Podemos assim dizer que são países relativamente jovens.

Primeiramente, explicaremos o que é o Produto Interno Bruto, que pode ser calculado tanto para um país, como para um região determinada, levando em consideração também, um determinado período de tempo. Fica responsável por uma medida do valor dos bens e serviços que se produz nos setores da agropecuária, indústria e serviços. Assim, podemos ter uma mensuração da atividade econômica e seu nível de riqueza. O cálculo dos dados, fica a cargo das instituições que podem ser ligadas ao governo, ou não. No Brasil, temos o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que efetuam os cálculos, que nele entram, bens e produtos finais, serviços prestados e remunerados, investimentos e gastos governamentais.

No dia 31 de agosto de 2016, o IBGE divulgou os dados do segundo trimestre referente ao PIB do Brasil, nessa avaliação percebe-se um recuo de 0,6% em relação ao trimestre anterior, com o valor aproximado em R\$ 1,5 trilhão. Esse foi o sexto trimestre consecutivo de queda do nosso país. Vale ressaltar que se costuma afirmar que um país entra em uma recessão após dois trimestres consecutivos de queda do PIB. Sendo assim, podemos concluir que o Brasil passa por esse período de contração em sua atividade econômica. Aprofundando as análises podemos perceber que, por setores, a maior queda foi a da Agropecuária, com uma retração de 2% em relação ao trimestre anterior. Já o setor de serviços recuou 0,8%. Entretanto, a indústria teve um acréscimo de 0,3%. Foi um pequeno aumento, mas pode ser considerado um tanto quanto positivo pois esse setor vinha apresentando quedas nos trimestres anteriores. (IBGE, 2016).

O Canadá está com uma imagem diferente da do Brasil no cenário mundial. Sua economia em 2015 ficou distribuída dessa forma: 70% para o setor de serviços, 29% para o setor da indústria e 1% para a agropecuária (*CIA World Factbook – 2016*). No segundo semestre de 2016 seu PIB apresentou uma queda de 0,4% em contraste com o crescimento que a economia do país apresentava nos trimestres

anteriores. Porém, deve-se salientar que essa diminuição está relacionada diretamente com o enorme incêndio em uma instalação petroléira na província de Alberta. A produção de petróleo representa praticamente 4% do PIB e esse incêndio certamente teve impactos para essa redução. Entretanto, segundo o Governo Canadense, espera-se que o país se recupere e seu Produto Interno Bruto volte a crescer ao final desse ano. (*Tranding Economics; Canada GDP, 2016*)

Por sua vez, o PIB do Chile sofreu um recuo de 0,4% em comparação ao primeiro trimestre de 2016. O primeiro trimestre teve um aumento de 1,1% em relação ao anterior, e em 2015 a economia do país terminou o ano com 2,3% em relação a 2014, pelos dados do (*Tranding Economics; Chile GDP, 2016*) . A mensuração em 2015, definida por setores, os serviços detêm 61%, a indústria 35% e a agropecuária fica com 4%. O Chile é um grande exportador de Cobre, o qual representa metade de suas exportações anuais. Entretanto, seus recursos energéticos são muito limitados, tendo assim que importar petróleo e gás natural, o que torna o país vulnerável com as variações dos preços internacionais para a importação, e isso tem sido um fator chave para o baixo crescimento econômico nos últimos anos.

Assim, podemos perceber que apesar dos três países apresentarem um recuo no segundo trimestre de 2016, esses vivem situações bem distintas. O Brasil vem de seguidos trimestres com recuos no PIB e a isso deve se associar os problemas políticos, o que deve retardar a retomada do crescimento econômico. Já no caso do PIB do Canadá e do Chile, a queda parece ser mais conjuntural, associada a desastres naturais ou à circunstâncias do mercado internacional.

Referências

IBGE.. **PIB recua (-0,6%) em relação ao 1º tri de 2016 e totaliza R\$ 1,5 trilhão.**

Disponível em:

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3245&busca=1&t=pib-recua-0-6-relacao-1%C2%BA-tri-2016-totaliza-r-1-5> Acesso em: 08 set. 2016.

Tranding Economics. **Indicators GDP growth Canada.** 2016. Disponível em: <http://www.trandingeconomics.com/canada/gdp-growth>. Acesso em: 08 set. 2016.

CIA **The World Factbook**, Publications of Canada. 2016. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: 08 set. 2016.

História, Ensino médio. **A colonização espanhola.** Canada, 2016. 11 p. v. 1.

Tranding Economics. **Indicators GDP growth Chile.** 2016. Disponível em: <http://www.tradingeconomics.com/chile/gdp-growth>. Acesso em: 08 set. 2016.

Os artigos deste boletim são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da comissão editorial e nem do Departamento de Economia e Relações Internacionais.

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio- Econômico

Departamento de Economia e Relações Internacionais

Secretaria e formatação: *Marilúcia Augusto Vicente*

Conselho editorial e técnico: *Francisco Gelinski Neto, Hoyêdo N. Lins, Roberto Meurer e João Rogério Sanson.*

Coordenador editorial: *Francisco Gelinski Neto*

Fluxo contínuo para recebimento de artigos segundo padrão a seguir:

Item	Tipo de Fonte	Tamanho da Fonte
Título do artigo	Arial, Negrito	16
Nome do autor	Times New Roman, Itálico	14
Instituição do autor	Times New Roman	12
Texto	Times New Roman	14
Sub-Títulos	Times New Roman, Negrito	14
Bibliografias e cit. longas	Times New Roman	12

Margens laterais : **2 cm**

Margens superior e inferior: **2,5 cm**

Espaço entre linhas: **simples**

Número de páginas: **máximo 4**